

Produção intelectual de um Paraná loiro e europeu: o Brasil que nunca foi diferente

Maria Julieta Weber

Introdução

Em pleno século XXI, questões relacionadas ao embate entre raça e cultura suscitam diferenciados questionamentos. A noção de que avançamos na perspectiva dos estudos científicos em um mundo tecnologicamente interligado é indicativo de muitas ambiguidades se nos apercebemos das constantes e sucessivas reproduções de desigualdades. A difusão crescente das famosas *fake news* e de outras formas de veiculação midiática sem alusão a fontes de referência banaliza temáticas especialmente ligadas às ciências humanas, tendo como recorrência argumentações sectárias e de ordem eugênica, cujas abordagens sobre pretensas superioridades raciais invocam a polêmica e necessária análise sobre raça, cultura e suas diversificadas apropriações.

Importante ressaltar a produção de pesquisas que questionam enraizamentos culturais e políticos decorrentes dos processos de colonização no chamado mundo ocidental, redimensionando e, de fato, inovando o mundo acadêmico e científico. E com bastante envergadura, historicizam as raízes daquilo que está no “subsolo” do que compreendemos como projeto moderno de conhecimento e, por conseguinte, do que acabamos por naturalizar nesse processo amplo de compreensão sobre os processos discursivos daí decorrentes:

Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade crua e de repulsa, a sua aparição no saber e no discurso moderno sobre o homem (e, por consequência, sobre o humanismo e a Humanidade) foi, se não simultânea, pelo menos paralela; e, desde o início do século XVIII, constituiu, no conjunto, o subsolo (inconfessado e muitas vezes negado), ou melhor, o núcleo complexo a partir do qual o **projecto moderno de conhecimento - mas também de governação** - se difundiu. Um e outro representam duas figuras gémeas do delírio que a modernidade produziu. (MBEMBE, 2014, p. 10, grifo nosso).

O que Achille Mbembe aponta como delírio de raça, pode ser apreendido por diversos ângulos. Temos, inclusive, vivenciado formatos apelativos de plataformas governamentais no Brasil e nos EUA que retomaram valores ligados à segregação racial e ao recrudescimento de políticas sociais, colocando em pauta até mesmo projetos de construção de muros entre fronteiras e/ou de negação da eficácia de vacinas em plena pandemia da Covid-19. Tomando por provocação tais questões, uma das possibilidades de análise reside em investigar o que se produziu intelectualmente enquanto discurso autorizado, ou seja, aquilo que foi considerado institucionalmente como aceitável política e cientificamente, e que dá o tom de legitimidade e sustentação a incorporações de posições que, muitas vezes, podem remeter a concepções autoritárias e demonstrativas de intolerância cultural.

Uma linguagem autorizada somente se constitui se encadeada por vínculos de pertencimento, respaldados por posições hierárquicas e sociais bem definidas, vale dizer, por sociabilidades estruturadas, de tal forma a dar sentido às sedimentações de ordem intelectual que incidem sobre a esfera política e educativa enquanto princípios de ordenamento social e, por conseguinte, de representação identitária. Para Pierre Bourdieu, o estudo de uma linguagem autorizada implica discernir na análise o “poder das palavras” que constituem um “testemunho” da “garantia de

delegação” do que se está investido. Tal condição analítica remete, de forma lógica, aos “usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras.” (BOURDIEU, 2008, p. 85; 87).

Uma das repercussões do mencionado “poder das palavras” na produção intelectual que se quer abordar diz respeito ao que podemos delimitar como um recorte regional. Porém, é necessário reiterar que a ideia de região aqui abordada perpassa pela constituição de um discurso autorizado de formação social e histórica paranaense (WEBER CORDOVA, 2009), o que fomentou e viabilizou repercussões na escrita da história do Paraná (um dos estados que compõem a Região Sul do Brasil) ao que se defendia por “mancha loira do sul do Brasil” ou do Paraná como um “Brasil diferente”.

Logo, o estudo da produção e veiculação de ideias enquanto linguagem autorizada possibilita compreender como discursos acadêmicos formularam caracteres identitários por meio de uma abordagem regional, que precisa ser trazida à pauta das discussões enquanto um ponto de partida para problematizar silenciamentos e afirmações europeizantes no sul do Brasil e do que, no presente artigo, configura-se pela produção intelectual que objetivou legitimar a representação identitária regional de um Paraná demarcado pelas imigrações essencialmente europeias e brancas.

A “mancha loira” e os supostos “fenômenos de aculturação no Paraná”

Em 1997, Cecília Maria Westphalen (1927-2004) publicou artigo na **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, trazendo desde o título o seguinte questionamento: **Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná?** Em manifesta crítica ao livro de Wilson Martins (1921-2010), **Um Brasil Diferente: ensaio sobre fenômenos de**

aculturação no Paraná, publicado em 1955 e reeditado em 1989¹, o que se evidencia, de início, é a temporalidade entre a formulação da questão e a resposta de Westphalen a Martins: 42 anos da primeira edição e 8 da segunda. Podemos elencar distintas publicações sobre a presença de africanos e afrodescendentes, bem como outras produções sobre a temática da escravatura no Paraná durante esse período, entretanto, nota-se que a questão da tal diferença apontada por Martins circulou nos meios acadêmicos durante a segunda metade do século XX e certamente ainda ecoa em propostas de caráter sectário e de apego a argumentos de pigmentação da pele.

O objetivo do presente artigo é ressaltar a abrangência dessa questão na escrita da história regional, buscando averiguar possíveis apropriações, tendo como ponto de partida, em específico, o embate entre Cecília Maria Westphalen e Wilson Martins, justamente por considerá-lo bastante representativo das produções intelectuais que se constituíram por uma perspectiva regional do Paraná. Ambos professores do Ensino Superior, bem posicionados socialmente, podem ser considerados portadores de falas autorizadas, legítimas, credenciadas pela Academia para, portanto, discorrerem sobre aspectos fundantes da formação social e histórica paranaense.

Estudo de Euclides Marchi sobre os perfis historiográficos da produção científica do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná - UFPR, no período de 1959 a 1989, indica que Westphalen, desde a década de 1950, seguindo critérios metodológicos da história demográfica, dedicou-se a temas regionais sob o parâmetro das estruturas agrárias, tratando de povoamento, comércio, transportes e questões relacionadas à imigração no Paraná. (MARCHI, 1997). Ela foi uma das

¹ Para o presente artigo utilizo a segunda edição, publicada em 1989.

idealizadoras da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica - SBPH. A pesquisadora Bruna Silva relata, em sua tese, que a SBPH teve início em 1981 e encerrou suas atividades em 2005: “Cecília Westphalen ocupou os cargos de presidente entre os anos de 1991 e 1999, e de editora da Revista da SBPH de 1991 a 2002”. (SILVA, 2019, p. 17). Anteriormente, já havia sido cofundadora da Associação dos Professores Universitários de História - APUH, criada em 1961. A SBPH foi pensada a partir de uma dissidência e subsequente rompimento com a APUH, posteriormente Associação Nacional de Professores Universitários de História - ANPUH (1971); a qual, ainda que preserve a sigla, denomina-se atualmente Associação Nacional de História. Associações científicas, portanto, que entre mudanças de nomenclaturas, rupturas, dissabores e disputas por critérios de legitimidade do ofício, posicionaram-se no cenário científico das ciências humanas pela consolidação do campo historiográfico brasileiro. Em 1997, no momento da escrita do artigo em foco, Westphalen era editora da revista e presidente da SBPH. Seu percurso intelectual, demarcado pela busca de uma “ciência histórica”, conforme investigação de tese de Daine Vaiz Machado (2016), teve início a partir de sua “diplomação no Curso de História e Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1950, instituição que foi seu principal lugar de atuação historiográfica e de projeção na cena pública”, lugar que correspondeu à própria perspectiva historiográfica de sua trajetória acadêmica.

O desprendimento e a recusa dessa forma de olhar o passado, de ser historiadora, emergem de seus deslocamentos historiográficos internacionais, ou melhor, do encontro com Fernand Braudel e sua concepção de história, na VIª Section de l'École Pratique des Hautes Études (EPHE), e da aproximação com o grupo de professores que liderará a criação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH, hoje ANPUH). A História como ciência social, a dialética da duração, o tempo econômico, as cifras e séries, o

computador, passam a integrar seu vocabulário no ensino e na pesquisa. É a historiografia *annalítica*, sinônimo de científica, que defenderá nos simpósios da APUH e na Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), que nasce do rompimento ideológico com aquela. (MACHADO, 2016, p. 12).

É nessa direção que podemos compreender o apelo pela rigorosidade das fontes no artigo citado de Westphalen, pois foi com base na análise dos efetivos populacionais do Paraná, no período de 1772 a 1854, que a autora justificou a delimitação do contexto “quando se organiza o comércio de tropas muares e abre-se o Rio da Prata para as exportações paranaenses de erva-mate”. (WESTPHALEN, 1997, p. 25). Dentre as fontes utilizadas na pesquisa, citou os **Mapas Gerais de Habitantes** constantes nas **Listas Nominativas de Habitantes**, do Arquivo Público de São Paulo, para os anos de 1772 a 1830. Ao comentar sobre a materialidade das fontes que se encontravam armazenadas no formato de “microfilmes ou xerocópias” em “arquivos do Departamento de História da UFPR” (1997, p. 25), teceu severa crítica aos estudos que não se valeram de tais fontes, à disposição, inclusive, do que a autora denominava de “amadores”. Citou também o **Ensaio Estatístico** de Daniel Pedro Müller, de 1936, enquanto “primeira tentativa paulista após a Independência” de realização de censo da população, e o **Relatório** de Zacarias de Góis e Vasconcelos, de 1854, ou seja, levantamento ordenado um ano após a emancipação política do Paraná da Comarca de São Paulo. Outra vez criticou a não referência às fontes apontadas quando escreveu que “Tanto o ensaio de Müller, como o Relatório de Zacarias, estão publicados e presentes em todas as bibliotecas, ao menos de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro”, acrescentando ser “imperdoável o seu desconhecimento, inclusive pelos **eruditos**”. (WESTPHALEN, 1997, p. 26, grifo nosso).

A partir das fontes mencionadas, Westphalen evidenciou que a presença de escravos no Paraná, segundo sua condição jurídica, variou de

22,4% em 1772 a 16,4% em 1854. Salientou que para a análise não havia incluído dados da Povoação do Iapó, entretanto, o quantitativo no que se referia à população do Paraná, segundo a cor (ressaltando que o censo de 1772 não discriminou a população pela cor), somando “pardos (mulatos) e negros”, ou “escravos e seus descendentes”, resultaria num percentual efetivo “a partir dos dados conhecidos” que “nunca foi inferior a 40%, chegando a 46,3%”. (WESTPHALEN, 1997, p. 26-27). Em vários momentos do artigo, ao tratar do percentual daqueles que viveriam na condição jurídica de escravos “na economia e na sociedade paranaense”, especificando a análise no litoral, no Planalto de Curitiba e nos Campos Gerais, é perceptível a crítica de Westphalen “aos que negam a existência” do “regime escravo”: “[...] temo que os **eruditos** que pretendem ver apenas o Paraná branco e loiro, estejam, ainda que inconscientemente, a serviço dos separatismos do tipo ‘O Sul é meu País’”. E ainda reforça: “quando não nos estertores do arianismo nazista”. (WESTPHALEN, 1997, p. 62, grifo nosso).

Wilson Martins, o erudito mencionado por Westphalen, em seu “ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná”, defendia, sob um “ponto de vista sociológico”, a ideia de que o Paraná seria “Um Brasil diferente” ao atribuir à formação do Paraná “uma civilização original, construída com pedaços de todas as outras”. Entretanto, pontuava: “Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que sua edificação humana não é brasileira”. “Assim é o Paraná”, escreveu Wilson Martins ao concluir a obra. Tratando essencialmente da imigração de cor branca no Paraná, caracterizando o que entendia por “brasileiro do Paraná”, em um dos itens, intitulado “Não houve escravatura no Paraná”, Martins fez afirmações contundentes, evidenciando aspectos raciais em sua escrita que apela ao “tipo físico” com o que apontou por “fenômenos de aculturação”:

[...] esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por um traço de fundamental importância; não se misturava com o negro, existente em **reduzidíssimo número em toda a província no decorrer da sua história**, e que por isso **não chegou a invadir sexualmente** os hábitos desses rústicos senhores primitivos. **Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná**, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como a que compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo. (MARTINS, 1989, p. 127-128, grifo nosso).

Wilson Martins iniciou a introdução da primeira edição declarando tratar-se da realização de um sonho e trouxe a reminiscência do período em que escrevia para o jornal **O Estado de S. Paulo**: “[...] sonhei escrever um livro que fixasse o mais fielmente possível o grau e a extensão da influência de elementos culturais estrangeiros na sociologia meridional do Brasil”. A pesquisa tomou concretude na publicação de **Um Brasil diferente** e, como o mesmo enfatizou, “verificando a tonalidade exata da pigmentação cultural” dos tais fenômenos de aculturação no Paraná. (MARTINS, 1989, p. 1). Defendia um “tipo físico do homem sulino” que “apresenta notáveis sinais de cruzamento de sangue europeus, principalmente dos diversos povos dólicos entre si”.

A estatura, a cor dos cabelos e dos olhos, a conformação sanguínea, seriam outros tantos aspectos a observar no sentido da fixação de uma **medida científica de miscigenação** que aqui se fez e se faz entre brancos de povos diversos (portanto, num caldeamento de proporções incalculáveis) do que entre brancos e negros que é o tipo de mestiçamento, com as suas subclasses mais comum no norte do Brasil. Atribuo a maior importância a esse detalhe, não por injustificadas tendências arianizantes, que não possuo, mas por ser exatamente o que distingue a miscigenação do sul da do norte do Brasil. Quando se fala em mestiço nos estados do Paraná e Santa Catarina, é difícil

supor o mulato ou o mameluco, que existem em proporções mínimas, mas deve-se entender o misturado de elementos diversos de raça branca, o que **não chega cientificamente a ser um mestiçamento** no sentido rigoroso da palavra. (MARTINS, 1989, p. 3, grifo nosso).

O viés de sua obra, de forma geral, seguiu esses padrões de argumentação no que se referia à existência de um “tipo físico”. É importante notarmos a busca por argumentos de cientificidade daquilo que apontou por caldeamento ou miscigenação no Sul da “raça branca”, distinguindo-se do mestiçamento do Norte, que descreveu como “subclasses” de mulato ou mameluco. Na mesma linha de pensamento, caracterizou o que denominava por uma “nova sub-raça paranaense”, que, estimava o autor, “dentro em pouco dominará pelo estado inteiro, população cujo fundo é constituído em muito pela corrente imigratória europeia, principalmente polaca, alemã e italiana”. Afirmava, ainda, que não era “somente a alvura da pele o que impressiona o observador do homem paranaense: é todo o conjunto de traços físicos europeus que se substituíram aos da definição clássica do ‘brasileiro’”. (MARTINS, 1989, p. 135).

A primeira edição² foi dedicada a Bento Munhoz da Rocha Neto, “cujos interesses políticos se aliavam à sólida cultura intelectual” e “a quem se deve a inestimável generosidade de tornar possível o aparecimento do primeiro livro que procurava investigar a múltipla influência da imigração estrangeira na formação e conformação do Paraná”, conforme reforçou no prefácio da segunda edição. (MARTINS, 1989, p. XVII). Nos anos de 1943 e 1944, Wilson Martins exerceu a função de oficial de gabinete do governador Manoel Ribas, mas durante sua vida política foi um grande aliado de Bento Munhoz. Aproximações políticas e similaridades de ideias

² A segunda edição é dedicada a René Ariel Dotti, Marilene Milarch e Rafael Greca de Macedo.

também estreitavam as relações entre os dois intelectuais paranaenses. Neste sentido, Márcio de Oliveira relata que

Em seu governo, Bento recebe a assessoria de um pequeno grupo de amigos, dentre os quais está Wilson Martins [...]. Sua nomeação para o cargo de juiz e de professor da Universidade do Paraná ocorre em 1950, quando Bento já havia sido eleito governador. É de se supor, assim, que Martins e Bento estivessem unidos por laços de amizade e uma mesma visão da política e do estado paranaense, ou que o paranismo de Bento houvesse inspirado Martins. Seja como for, escrever um livro sobre a identidade paranaense, naqueles anos, era possível e mesmo desejável. (OLIVEIRA, 2005, p. 219).

Necessário compreendermos a produção discursiva sob a perspectiva da autoridade do enunciador, reveladora de teias de pertencimento, profundamente ancorada em genealogias de poder familiar e evidenciadora de uma ampla rede de sociabilidades, jogos de capitais e formação de elementos estruturais no campo do poder, conforme perspectiva bourdieusiana.

Dessa forma, a autoridade do enunciador encontra sentido no discurso regional de pertencimento de Bento Munhoz. A herança do passado calcada na produção da história pela elite ervateira no Paraná é reveladora de que o *espírito de família* corresponde à lógica da reprodução e distribuição do capital cultural com vistas à manutenção do poder político da classe dominante. Assim, a política, para Bento, esteve comprometida, de forma eficaz, com o sentido e o simbólico, especialmente na produção de ideias sobre a identidade do paranaense, que ainda que sempre em busca do progresso, não deveria nunca deixar de lembrar de seu passado e de sua história. (WEBER CORDOVA, 2009, p. 16).

É pela lógica da reprodução e distribuição do capital cultural com vistas à manutenção do poder político que alguns temas de pesquisa foram preferencialmente estudados e tantos outros silenciados em meio à

produção dessa história reiteradamente demarcada pelo viés regional. Nesse sentido, é fundamental abordar também algumas pontuações do pensamento de Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1973), deputado federal constituinte em 1946, deputado federal (1959-1963), governador do Paraná (1951-1954) e ministro da Agricultura (1954-1955). Enquanto professor catedrático de História da América na Universidade Federal do Paraná, produziu sobre temas específicos da sua área de atuação, tais como a publicação de **Uma interpretação das Américas**, de 1948, e **Mensagem da América**, de 1962. Podemos dizer que

[...] representantes como Bento Munhoz da Rocha Netto, no Brasil de meados do século XX, assim como a chamada “Geração de 37” na Argentina do Oitocentos, com destaque para Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi e Domingos Faustino Sarmiento, respaldavam-se em torno do ideário de civilização europeia e/ou norte-americana, o que repercutiria certamente nas suas próprias concepções acerca dos conceitos de nacionalidade e democracia. (WEBER CORDOVA, 2017, p. 683).³

É nessa perspectiva de pensamento que Bento Munhoz foi um dos mais representativos formuladores de discurso sobre a identidade regional paranaense, cuja matriz cultural de produção e disseminação de ideias paranistas teve como centralidade a cidade de Curitiba. É da capital do estado que se produziu um discurso legítimo de idealização de uma identidade regional paranaense, conforme tratado em estudo anterior de tese:

O paranismo, que no início do século movimentava o meio intelectual, cultural e artístico, intimidava-se com o projeto de nacionalização da “Revolução de 30”.

³ Importante notar ainda “diferenciadas possibilidades em se perspectivar o pensamento intelectual no estudo sobre as Américas”, bem como o “processo de construção identitária americana ou do que se pautava por América Espanhola, Hispanoamérica, Iberoamérica e América Latina, levando-se em conta, certamente, o contexto histórico e intelectual de tais formulações conceituais”. (WEBER CORDOVA, 2017, p. 683).

Posteriormente, em face da onda de redemocratização do país em 1945, o paranismo renasce, desta vez especialmente pela intelectualidade que via no paranismo o alcance histórico da tradição regional, desde os primeiros povoadores à erva-mate, ou seja, demarcando momentos de vínculo às questões de apego à terra, delineadamente enredadas em discursos que buscavam comprovar-se por questões ligadas à formação social e histórica paranaense. Bento Munhoz e David Carneiro foram intelectuais representativos desse contexto de renascimento paranista. (WEBER CORDOVA, 2009, p. 64).

Importante lembrar de outro embate bastante significativo entre as concepções paranistas de Wilson Martins e David Carneiro. Este, enquanto o “último dos paranistas” (OLIVEIRA, 2001, p. xxiv), considerava aquele como um “adventício”⁴ por não ter nascido em terras paranaenses e por não corresponder aos critérios de “retraimento e complacência”, ou de uma espécie de comportamento regionalista ao que atribuía por “alma paranaense” em sua **História Psicológica do Paraná** (1944, p. 7). Luís Fernando Lopes Pereira, em **Paranismo: o Paraná inventado**, um estudo sobre o processo de construção identitária regional permeado pelo ideário paranista, menciona que Martins, embora “tente se enquadrar no rol dos antiparanistas”, acabou por forjar a “identidade como algo dado, como um elemento fornecido pelo meio e pela raça”, o que corresponderia a características próprias da chamada “terra dos pinheirais”. Nessa urdidura, Martins incorporava a ideia do “Paraná como uma exceção”, cujas especificidades de raça e meio físico foram a “base de construção da própria ideia de ‘brasilidade’ elaborada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. (PEREIRA, 1997, p. 10-11).

⁴ Os termos “tinguis”, “pioneiros”, “adventícios” e “mancha loira” foram utilizados no título da tese mencionada, defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, sob orientação de Ricardo Costa de Oliveira, conforme referência ao final deste artigo.

Argumentações identitárias regionais e nacionais, ao perpassarem por processos de delimitação cartográfica, estabeleceram parâmetros e critérios de divisão político-administrativa. José Rogério Beier, no estudo **Daniel Pedro Müller e a trajetória de seu *Mappa Chorographico da Província de São Paulo (1835-1842)***, o mesmo documento citado por Westphalen, esclarece sobre a etimologia do vocábulo “corografia” que, dentre as possibilidades de apreensão de seu significado, remete à formulação de uma região específica. Assevera, ainda, para o uso político dessa representação, o que foi delimitado por interior provincial e o que Daniel Pedro Müller designava como “Sertão desconhecido”⁵:

[...] um vasto espaço “desconhecido” e “desabitado”, porém, circunscrito a uma área muito bem delimitada e demarcada, isto é, a Província de São Paulo, demonstra claramente o interesse da administração provincial em garantir sua posse sobre uma área tida como “desocupada”, mas que, em algumas partes, poderia despertar disputas com outras Províncias. Daí a importância de se imprimir diversas cópias para enviá-las aos órgãos administrativos da Corte e das demais províncias do Império. (BEIER, 2015, p. 825).

A abordagem de Bento Munhoz sobre a formação social e cultural brasileira no Sul do Brasil, ou do que denominou por “mancha loira”, teve por base argumentações históricas e sociológicas que se consubstanciaram em critérios de formação populacional para uma região específica, delimitando cartograficamente o que compreendia por Paraná “tingui”, ou tradicional, ervateiro, e do paranaense “pioneiro”, ou novo, cafeeiro. O regionalismo foi ponto central na análise de Bento Munhoz, definido como caráter identitário do paranaense, fundamentado pela tradição da elite ervateira e demarcando, portanto, política e administrativamente, o que

⁵ “Embora o termo ‘Sertão Desconhecido’ apareça no mapa de Müller, o mesmo não foi introduzido ou criado por ele, como afirma Airton José Cavenaghi em sua tese de doutorado [...]. Tal expressão já era utilizada em mapas do século XVIII e XIX, como num mapa manuscrito que encontra-se guardado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, intitulado *Mappa da Capitania de São Paulo*”. (BEIER, 2015, p. 826).

corresponderia à história regional do Paraná, inclusive porque a economia do mate no estado financiou uma ampla gama de produções desse teor bibliográfico.

Em 1960, Bento Munhoz publicou o livro **Presença do Brasil**, no qual faz um misto de elogio e contraposição ao modelo teórico de orientação regionalista de Gilberto Freyre. Para Bento Munhoz, o Sul do Brasil não estaria contemplado nas abordagens explicativas de Gilberto Freyre, pois a questão da miscigenação “Salta das páginas dos estudiosos brasileiros, dos nossos sociólogos” (ROCHA NETTO, 1960, p. 65), constituindo-se no elemento diferenciador que divergia da ideia de mestiçagem na formação brasileira elaborada por Gilberto Freyre. Contra-argumentava: “O Sul é branco. É mesmo a mancha loira do Sul do Brasil”, enquanto que “O mestiçamento brasileiro estabelece um contraste com as populações do Sul” e que tal “diversificação em face da normalidade brasileira” envolveria “uma vaga intuição de que influência cultural implique necessariamente em influência racial, como na Europa”. (ROCHA NETTO, 1960, p. 73). Nessa hipotética diversificação de uma suposta normalidade brasileira, no Sul haveria uma predisposição à “compreensão e simpatia diante do estrangeiro”. E ainda que declarasse que “Não há como não confundir, nestas alturas dos conhecimentos sociológicos e antropológicos, raça e cultura” (ROCHA NETTO, 1960, p. 73), era na inversão da proposição de Gilberto Freyre que sustentava o argumento da formação diferencial no Sul do Brasil pelo considerável fluxo imigratório branco:

O loiro é o que moureja de sol a sol; o que corre os riscos da agricultura e amalha duramente os seus pecúlios. Loiro é o operário, o criado, o subordinado, o pobre, o humilde. O loiro é o que se fixa e tem as suas aspirações e os seus ideais limitados à região, e perdeu suas ligações com outros continentes, onde o prendem, apenas, justas mas longínquas afinidades de ordem emocional. (ROCHA NETTO, 1960, p. 62).

Bento Munhoz, ao discursar sobre diferenciais regionais, apontando “influência cultural e não racial”, apropriou-se do modelo de análise de Gilberto Freyre, porém, invertendo a questão naquilo que, de fato, queria enfatizar, ou seja, na herança europeia e branca do Sul do Brasil. Nesse ponto, é importante frisar que além de ser intrínseca ao processo de formação nacional, a questão do racismo constitui-se em amálgama de relações de subserviência em estruturas patriarcais no Brasil. Bento Munhoz, ao ressaltar a importância do regionalismo no “processo de assimilação nacional” (ROCHA NETTO, 1960, p. 60), ou “função nacionalizante do regionalismo”, respaldava-se justamente no argumento de que a diversidade regional do Sul pautava-se pela imigração europeia de cor branca. No Sul, na inversão analítica da teoria de Gilberto Freyre, residiria também um “problema de assimilação, de reação psicológica”. (ROCHA NETTO, 1960, p. 72). E talvez o ponto culminante dessa argumentação esteja representado pelo culto à Mãe Loira em contraposição ao culto da Mãe Preta: “[...] no Sul, desde algumas gerações, a persistência no afluxo de correntes loiras, trouxe, com a manutenção da Mãe Preta, outra figura igual em dedicações e desvelos: - a Mãe Loira, a de olhos claros”. (ROCHA NETTO, 1960, p. 64). Daí a irrelevância atribuída à cultura africana para o enaltecimento do que denominou por “brasileiro da mancha loira”, ou seja, a idealização e a “consciência” europeia se configurariam pela miscigenação que realçava traços loiros em contraposição à ideia de mestiçagem. Alegava, entretanto, que o critério não seria racial, mas cultural, o que certamente demandaria um amplo estudo sobre a apropriação dos significados e significantes de cultura nessas abordagens em que a pigmentação é elemento preponderante de diferenciação cultural:

Enraizou-se no Brasil a convicção de que o mestiço, o mulato, é indiscutivelmente brasileiro. E, de fato, é.

Esta convicção tem motivação muito mais cultural, que racial. A brasilidade do mulato e do negro é suprema e indiscutida. Eles próprios não saberiam explicar-se de outro modo.

Sabem eles de suas origens africanas. Mas perderam o sentido cultural de tais origens e a capacidade de comparar seus valores, como aqueles que, atualmente, os caracterizam.

Essa é uma atitude diferente da assumida pelo brasileiro da mancha loira que tem presente a sua origem e compara, pela tradição que chegou até ele, transmitida verbalmente ou através da escrita, os valores culturais de seu passado com os que atualmente o estão definindo. O julgamento e a comparação se agravam com a consciência da miscigenação brasileira. (ROCHA NETTO, 1960. p. 72-73).

Em outro âmbito de análise, podemos elencar abordagens sobre lacunas que nos remetem ao que foi silenciado na escrita da história regional autorizada. Joseli Maria Nunes Mendonça (2016, p. 225), em artigo publicado sobre **Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”**, argumentou que a produção acadêmica dos “parâmetros definidores” de uma história regional assentada em caracteres da imigração europeia minimizou “a importância da escravidão na história regional, bem como a participação de africanos e seus descendentes na conformação da população local”. Sobre Wilson Martins, a autora comenta:

Estudando o que considerava que fossem fenômenos de aculturação no Paraná que, como dizia, decorriam do contato estabelecido entre estrangeiros de diversas origens europeias, Martins concluiu que a formação social da região não havia sido resultado da convivência entre índios, portugueses e negros, como ocorrera no ambiente social estudado por Gilberto Freyre. Isso porque, explicava ele, a história do Paraná fora absolutamente diversa da história do restante do país [...]. (MENDONÇA, 2016, p. 224).

É preciso, portanto, colocar em questão possíveis interferências da escrita do chamado “Brasil diferente” ou da “mancha loira” enquanto um discurso legítimo. Aqui, o que se quer provocar diz respeito à constituição desse tipo de estudo regional que evidencia uma herança cultural em específico em detrimento de tantas outras possíveis, cuja apropriação por Wilson Martins e Bento Munhoz, ancorados em suas próprias vivências acadêmica e política, correspondeu a uma hipotética inversão de análise, mas de forma a não questionarem o valor de consagração da assertiva de Gilberto Freyre. Porém, ao tomá-lo como parâmetro de análise, categorizaram critérios de pigmentação branca ao modelo de explicação histórica proposto.

Westphalen também comungava dessa consagração. Em vários momentos da vida acadêmica teceu elogios à obra de Gilberto Freyre, comparando-o a Fernand Braudel, considerando ser “impossível dissociá-los na perspectiva da longa duração e na construção de modelos históricos que resistem ao tempo”. (WESTPHALEN, 2000, p. 7). Em comunicação no Seminário de Tropicologia, proferida em 1980, já criticava Wilson Martins, referindo-se a ele como um intelectual “à frente da política estadual”, mas não um “paranaense de origem” e que havia se colocado em “desacordo com as obras de Gilberto Freyre”. Segundo Westphalen, a “negativa” de Gilberto Freyre não mais foi contemplada no contexto posterior das produções acadêmicas da UFPR, pois a partir de uma “renovação crítica da historiografia paranaense” empreendeu-se uma “renovação conceitual e metodológica que se operava na ciência histórica pelo movimento da Escola de *Annales*”, cujo “instrumento de investigação” tinha como critério definidor os referidos ‘modelos históricos’, no caso em questão, da enaltecida herança cultural luso-brasileira presente também no Sul do Brasil, ainda que modelos e sistemas de explicação pudessem variar

“segundo o temperamento, os interesses e as finalidades dos seus utilizadores”. (WESTPHALEN, 2000, p. 17-18).

Márcio de Oliveira (2005, p. 217), no artigo **O “Brasil diferente” de Wilson Martins**, assinalou que tendo em conta a própria biografia de Martins, professor catedrático de Literatura na UFPR, atuando na Universidade de Nova Iorque até o ano de 1992, lançou a questão: “que objetivos teriam sido buscados por um crítico literário convicto [...] ao escrever um livro de sociologia e antropologia sobre a identidade cultural do Paraná?”. A resposta residiria justamente na aproximação com a proposta sociológica de Gilberto Freyre:

[...] tratava-se de escrever, para o Sul do Brasil, aquilo que Gilberto Freyre havia realizado para o país como um todo em *Casa Grande & Senzala*, i. e., Martins pretendia compreender os processos de aculturação dos elementos europeus não-portugueses em terras do Sul. Tanto foi assim que atribuiu ao seu trabalho o subtítulo ‘Ensaio sobre fenômenos de aculturação do Paraná’. (OLIVEIRA, 2005, p. 217).

Para Wilson Martins (1989, p. 5), ao se referir ao pensamento de Gilberto Freyre, haveria alguns “certos pormenores que escaparam à argúcia e à erudição desse renovador da sociologia brasileira”. Estabelecendo comparativos com a astronomia no que se refere ao “comportamento” dos planetas, elencava os “elementos ‘perturbadores’, “pormenores” que dariam “um caráter de todo diferente do da região especialmente estudada pelo sr. Gilberto Freyre”, que para além do “Nordeste brasileiro” englobaria “os vastos domínios da cultura lusotropical”. O ponto fundamental, segundo Martins (1989, p. 5), seria “a presença do imigrante, em primeiro lugar, e, depois, a ausência do português e a inexistência de escravatura, de tal forma que os dois últimos não chegam a atuar como forças sociológicas ponderáveis” aos “estados meridionais”.

Falo em estados do sul por um arrojo talvez impensado de generalização, porque os estudos que iniciei se referem exclusivamente ao Paraná. Mas não há dúvida que, afora pequenas modificações de índole local, as conclusões encontradas no Paraná serviriam para São Paulo, para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. Questão apenas de detalhes [...]. (MARTINS, 1989, p. 5).

No que se refere às “forças sociológicas ponderáveis”, Martins afirmava seus argumentos pela presença dos imigrantes que caracterizava como “homens norte-europeus” que se amoldam à nova terra e ao mesmo tempo a amoldavam, ou seja, associava o meio físico à cor branca, elementos estes que foram também idealizados regionalmente nos discursos de veia paranista, como de Bento Munhoz. Importante percebermos outra inversão do que o autor dizia ser “processo aculturativo”: os “portugueses do sul” seriam os “homens norte-europeus” no comparativo com a abordagem de Freyre.

O imigrante, num espaço de tempo extraordinariamente curto, deixou de se sentir imigrante para se amoldar por completo à nova terra, da mesma forma por que a amoldava aos seus próprios hábitos, experiências, tradições. Nesse particular, os homens norte-europeus e, por “simpatia”, os de outras etnias, demonstraram no clima temperado do Paraná a mesma plasticidade admirável que o sr. Gilberto Freyre verificou nos portugueses “lançados” em zonas tropicais. Eles foram, sob esses aspectos, no processo aculturativo, os portugueses do sul [...]. (MARTINS, 1989, p. 6).

Estudos como o de Patrícia Ferraz de Matos sobre **As cores do racismo português: do colonialismo à actualidade** elucidam sobre a alegada plasticidade portuguesa nos trópicos, fornecendo-nos indicativos que desnaturalizam teses que tomam como premissa diferenciações culturais por caracteres de pigmentação, delimitados tanto cartograficamente como por modelos teóricos consagrados no

pensamento social, aspectos tratados nessa análise pelas apropriações regionais ditas legítimas que, conjuntamente ou ainda que hipoteticamente inversos, acabaram por reforçar ideias colonialistas e patriarcais. No que se refere à tese luso-tropicalista de Gilberto Freyre,

[...] segundo a qual os portugueses, por terem recebido várias influências, inclusivamente do Norte de África, eram mais propensos a misturar-se amigavelmente com outros povos. Delineada nos anos 30, esta tese foi incorporada nos anos 50 pelo regime português, porque se tornou útil numa altura em que vários outros impérios deixavam de ter legitimidade para perpetuar a violência colonial com base racial. (MATOS, 2021, p. 8).

A autora indaga: “Como é que ao longo dos séculos o colonialismo português estabeleceu diferenças de estatuto social e cultural e de acesso à cidadania a partir da cor da pele?” e, afinal: “Que hierarquias se modularam a partir de um espectro cromático em que uns eram mais iguais do que outros?” (MATOS, 2021, p. 2). Perguntas que nos levam a romper com premissas de um determinado contexto de produção, em que se cunharam critérios culturais que tomaram por base enunciados que ora amenizaram relações de dominação e colonização, ora produziram teses que silenciaram, docilizaram e protagonizaram circulações de preconceitos decorrentes desses pressupostos.

Algumas considerações

A idealização de um Paraná loiro e europeu, consubstanciada por uma representação identitária que se delineou enquanto legítima, foi definidora de diretrizes para o estudo da história regional. No entanto, é fundamental trazer ao debate outras escritas da história sobre o Paraná, que redimensionam o que podemos compreender por regional e evidenciam especificidades culturais, conflitos vividos, movimentos sociais diversos, biografias de sujeitos e grupos sociais distintos. Dentre as

publicações que passaram a caracterizar um amplo leque de estudos nessa direção, podemos citar o livro **Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. Nele foram sistematizados vinte trabalhos de temporalidades e temas diferenciados, tendo em comum o objetivo de revelar as muitas histórias e lutas, para além de um Paraná dito conservador, conforme reforçam os organizadores da obra: “Assim, embora a coletânea preze pela variedade de abordagens, ela se organiza em torno de um recorte temático coerente: os movimentos de contestação que tiveram o estado do Paraná como palco”. (MENDONÇA; SOUZA, 2018, p. 10).

Os organizadores da obra, Joseli Maria Nunes Mendonça, professora da Universidade Federal do Paraná, e Jhonatan Uewerton Souza, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, ressaltam que a coletânea, publicada em 2018, fora pensada desde 2016, em pleno contexto do movimento de ocupação de escolas pelos estudantes secundaristas do Paraná, que resistiram ao corte de investimentos para a educação pública dos governos federal e estadual, governos alinhados em uma política de recrudescimento do Estado e desmanche de políticas sociais em nome de interesses privatistas na educação. Período, inclusive, de investigações da chamada Operação Lava-Jato, tendo como sede a cidade de Curitiba, momento que se recorreu à ideia de papel cívico da capital do estado enquanto salvaguarda da moral nacional, impulsionando a propagação de discursos segregacionistas e de retomada de posições separatistas da Região Sul do Brasil, na mesma linha do que fora apontado por Westphalen no artigo de 1997, anteriormente citado.

Ricardo Costa de Oliveira, no estudo sobre **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**, demonstrou, desde o contexto de emancipação do Paraná, em meados do século XIX, a recorrente posição de situacionismo político do Paraná frente

as forças gravitacionais de expressão que emanavam do governo central. Situacionismo político que ainda se faz presente e corroborou com a implantação de colégios cívico-militares no Paraná no final de outubro de 2020, em plena pandemia da Covid-19. O projeto de implementação da militarização nas escolas públicas do Paraná tramitou em regime de urgência na Assembleia Legislativa, trazendo em seu teor o objetivo de “disciplinar o modelo de gestão escolar cívico-militar, segundo o qual as escolas públicas regulares do Paraná, de gestão civil, passam a ser geridas de modo compartilhado por civis e militares”. (PARANÁ, 2020). A proposta de gestão compartilhada que desprestigia a experiência e a formação específica do(a)s educadore(a)s no Paraná é representativa, portanto, da sintonia do governo paranaense com o Palácio do Planalto, o qual demonstra cotidianamente na atual gestão presidencial tanto o descrédito pelo desenvolvimento científico, tecnológico e pela cultura no país, quanto o atropelamento das instâncias de gestão democrática. É justamente nesse formato de gerir a coisa pública que no dia 26 de outubro de 2020 ocorreu o lançamento oficial dos colégios cívico-militares no Paraná e, precipitadamente, nos dias 27 e 28 do mesmo mês foi realizada uma espécie de coleta de assinaturas da comunidade escolar. Ou seja, de forma presencial, apressou-se ao que chamaram de referendo em que cabia registrar sim ou não, com cédula de votação aberta e na presença de outras pessoas que estivessem no ambiente de votação.

O caso em questão, das escolas públicas no Paraná, é bastante significativo do que se buscou tratar no presente artigo, se nos atentarmos para a historicidade constitutiva da comunidade escolar no Paraná e no Brasil. Estudos na história da educação brasileira, como de Cynthia Greive Veiga, revelaram a gradativa mudança desse público escolar. No artigo **Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial**, a autora argumenta que a escola pública elementar foi

implementada no período imperial brasileiro, podendo ser considerada como uma “invenção imperial” para instruir e civilizar “os negros e os pobres”. Entretanto, a autora chamou a atenção para equívocos recorrentes na historiografia da educação quando se estabelece sinonímia entre negros e escravos. A necessidade de revisão e problematização é urgente porque, “Ao tomar negros por escravos, estudiosos acabam por limitar a discussão sobre o lugar da escola pública na organização das nações modernas e dos Estados constitucionais”. Portanto, segundo a autora, a escola pública pensada como “vetor de civilização” para “crianças pobres”, no século XIX, gradativamente passou a ser considerada nos “primeiros 60 anos do século XX” em “alta conta pela sociedade”, estabelecendo-se, inclusive, disputas por vagas por meio de rigorosos exames de seleção, constituindo-se em um espaço de “pessoas oriundas das classes média e alta”. (VEIGA, 2008, p. 502).

Ou seja, se a escola pública surgiu como iniciativa imperial para suprir uma demanda civilizatória para negros e pobres, embranquece a partir de diretrizes educacionais do Estado republicano, restringindo o acesso de uma parcela significativa da população com a implantação dos chamados grupos escolares, ou do que se pode compreender por “escolas-monumentos”, que, do atribuído rompimento político com o passado imperial, “plasmava uma pátria ordeira e progressista”. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25). Instalados em locais centrais das cidades mais representativas politicamente, os chamados grupos escolares reforçaram o abismo em branco e preto da desigualdade social e escolar do país, e que ainda se faz presente em diferentes nuances de nosso cotidiano das primeiras décadas do século XXI. Um estudo de tese de Gislaïne Gonçalves evidenciou a invisibilidade da criança negra nos processos de institucionalização escolar desde o período provincial do Paraná (1853-1889), notadamente demarcados pelo discurso de um Paraná branco,

fundamentado por uma escrita da história tida como legítima. (GONÇALVES, 2009).

É nessa direção que é possível compreender a historicidade das constantes lutas por uma escola pública inclusiva, protagonizando movimentos por conquistas de políticas sociais e que continuam a ser alvos constantes de governos de cunho autoritário. Governos que reiteram argumentos que outrora foram produzidos com o peso de uma linguagem autorizada e que seguidas vezes silenciaram culturas, reproduzindo idealizações de uma região como um país diferente, branco e notadamente europeu.

Mbembe (2014, p. 11), na **Crítica da Razão Negra**, alertou para a necessidade de se compreender “versões de uma única e mesma figura”, a que chamou de “loucura codificada”. Loucura que codifica e outorga “à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico”. Estudar os processos de produção de discursos legítimos e das instâncias de sua consagração, constitui-se num esforço por desenraizar caracteres e conceitualizações que, neste estudo, traduziram-se pela legitimação de uma historiografia regional. Na mesma linha de pensamento e colocando em questão **O local da cultura**, Bhabha (2014, p. 21) atentou para os “embates de fronteira acerca da diferença cultural”, de forma a “desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso”, já que o “reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação”, pois ao “reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição ‘recebida’”. A proposição deste artigo foi justamente desenraizar ou “reencenar” algumas produções do passado, apercebendo-se das incomensurabilidades intrínsecas aos processos de interpretação, porém, compreendendo que, uma vez longe da recepção imediata

daquelas representações identitárias “originais”, abrem-se possibilidades de horizontes para perspectivas inequivocamente plurais.

Referências

BEIER, José Rogério. Daniel Pedro Müller e a trajetória de seu *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (1835-1842). **Revista Brasileira de Cartografia**. Rio de Janeiro, n. 67/4, p. 817-836, Jul/Ago. 2015.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARNEIRO, David. **História Psicológica do Paraná**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant. Curitiba: Tip. João Haupt, 1944.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, Mai/Jun/Jul/Ago. 2000.

GONÇALVES, Gislaine. **A educação da criança negra na Província do Paraná (1853-1889)**. 2019, 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, 2019.

MARCHI, Euclides. **Perfis historiográficos: avaliação da produção científica do Departamento de História da UFPR – 1959/1989**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 5., 1997, Ponta Grossa: ANPUH-PR, 1997, p. 413-423.

MARTINS, Wilson. 2. ed. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MACHADO, Daiane Vaiz. **Por uma “ciência histórica”**: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016, 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 2016.

MATOS, Patrícia Ferraz de. As cores do racismo português: do colonialismo à actualidade.

Ciências Sociais em Público - Análise, ICS, Lisboa, 44, p. 1-9, jan. 2021. Disponível em: <<https://gi-imperios.org/blog/pt/as-cores-do-racismo-portugues-do-colonialismo-a-actualidade>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton. **Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, UNIOESTE, v. 20, n. 1, p. 218-240. 2016.

OLIVEIRA, Márcio de. O “Brasil Diferente” de Wilson Martins. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, maio/ago. 2005.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei n.º 20.338 de 06 de outubro de 2020**. Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.assembleia.pr.leg.br>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Mensagem da América**. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Presença do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Uma interpretação das Américas**. São Paulo: Livraria José Olympio, 1948.

SILVA, Bruna. **Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)**. 2019, 293 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 502-516, set./dez. 2008.

WEBER CORDOVA, Maria Julieta. **Bento Munhoz da Rocha Netto e a sua interpretação das Américas**. Cadernos de História, v. 18, n. 29, p. 675-684, 14 nov. 2017.

WEBER CORDOVA, Maria Julieta. **Tinguis, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. 2009, 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2009.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **A palavra do sul**. Cem anos de Gilberto Freyre. Curitiba: CD, 2000

WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná? **Revista da SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba, n. 13, p. 25-63, 1997.